

Out of
poverty

United Purpose U



Dinâmicas de Participação e Representatividade de Mulheres e Jovens raparigas e rapazes nos Processos de Governação em Moçambique

Setembro, 2018



Jovens raparigas da Associação Olakana Wamiravo da Ilha de Moçambique

INTRODUÇÃO

O **fortalecimento da participação de mulheres e de jovens raparigas e rapazes nos processos de governação** é essencial para um desenvolvimento democrático, equitativo e inclusivo e para que todos os grupos de uma dada sociedade possam ter a oportunidade de participar, debater e contribuir em espaços apropriados de tomada de decisão.

Em Moçambique, embora tenha sido registado algum progresso, no reconhecimento de que mulheres e jovens raparigas e rapazes ainda são menos representados em todos os níveis de governação e da administração pública e na realização de alguns esforços para melhorar as suas cotas de representação, ainda existe um longo caminho para se alcançarem os resultados desejados, principalmente nos níveis mais descentralizados de governação. Não basta somente assegurar cotas para mulheres e jovens em cargos políticos, é crucial garantir que estes grupos tenham a capacidade e o espaço necessário num ambiente propício para liderar, participando activamente na tomada de decisão e acima de tudo defendendo os interesses dos seus pares, incentivando através do exemplo mais mulheres e mais jovens a participarem e a exigirem a melhoria da prestação de serviços e a institucionalização de políticas públicas que visem assegurar a equidade e defesa dos seus direitos fundamentais.

O **Governo Moçambicano reconhece o empoderamento das mulheres como factor decisivo na erradicação da pobreza** e definiu áreas de

intervenção fundamentais e viáveis, concebidas para promover a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. No entanto, as avaliações de políticas e programas de género reflectiram até agora um impacto limitado, sugerindo que ainda são necessários maiores esforços. No geral, as mulheres ainda são mais pobres que os homens e há mais mulheres a viver abaixo da linha de pobreza, elas têm responsabilidades domésticas mais pesadas, empregos informais (com maior dependência da agricultura), renda menor e menos acesso ao crédito e à terra. As mulheres permanecem por isso o grupo menos instruído e têm um estado de saúde mais vulnerável.

A experiência da United Purpose (anteriormente Concern Universal) enquanto organização para o desenvolvimento mostra que a participação das mulheres em acções de engajamento cívico é mais fraca do que a dos homens, o que pode ser justificado por: (i) falta de acesso a informação; (ii) medo de interagir com as autoridades governamentais, devido a estereótipos e questões culturais; (iii) baixo nível de alfabetização; (iv) falta de espaços apropriados para que possam discutir experiências, desafios e necessidades que enfrentam; entre outros. Por outro lado, a crise económica, as constantes ameaças à paz enfrentadas nos últimos anos e a instabilidade que se prevê durante o período eleitoral face às mudanças recentes no contexto, intimidam significativamente o bem-estar das mulheres que são as principais vítimas de violação de direitos

¹ Perfil de Género em Moçambique, 2016, Ministério de Género, Criança e Acção Social

² "Estudos feitos nos últimos anos no país realçam a noção de uma "feminização da pobreza". Isto é, na contagem de pobreza, 63% dos agregados familiares chefiados por mulheres versus 52% dos agregados chefiados por homens são pobres (CMI 2010)."

In: <http://www.pscm-ps.org.mz/index.php/noticias/destaques/147-situacao-do-genero-e-pobreza-em-mocambique> (Acessado em 21.08.2018)

em situações de conflito.

Adicionalmente, através da implementação de programas de responsabilização social, participação e engajamento cívico constatamos que **apesar dos jovens raparigas e rapazes Moçambicanos constituírem a maioria da população, este grupo ainda continua excluído e não goza de primazia nas agendas políticas.** A sua participação nos processos de desenvolvimento local ou a inclusão dos movimentos liderados exclusivamente por jovens nos processos de tomada de decisão é ainda muito baixa. Os jovens Moçambicanos têm vindo a debater-se com várias carências como: (i) o acesso aos seus direitos fundamentais referentes à educação, à saúde de qualidade, ao emprego, à habitação; (ii) o acesso a tecnologias; (iii) acesso ao espaço e oportunidade de participação no processo de decisão. A visão dos jovens raparigas e rapazes para o processo de manutenção de Paz e elevação de cida-

dania é crucial para o desenvolvimento de uma nação, no entanto, a sua participação depende, em grande parte, da existência de espaços sociais adequados, onde eles possam desenvolver acções e projectos, um protagonismo indispensável no processo de socialização e do exercício da cidadania.

O enquadramento teórico deste estudo divide-se assim em três Capítulos:

- » **Capítulo I:** a metodologia e alguns conceitos teóricos usados para a documentação da análise;
- » **Capítulo II:** o contexto histórico, sociocultural e económico que influenciam o tema de estudo;
- » **Capítulo III:** a conclusão elaborada numa tentativa de propor passos e estratégias a seguir para maior promoção da participação de mulheres e jovens raparigas e rapazes em processos de governação em Moçambique.

CAPÍTULO I

Metodologia e Objectivos do Estudo



Carimo Ali (Membro do SAMCom Quelimane)

Para a elaboração do presente Estudo foram realizados os seguintes passos metodológicos:

- a) Revisão de literatura que permitiu construir uma fundamentação teórica procurando encontrar causas, dinâmicas e soluções para o tema do estudo;
- b) Realização de visitas de campo e entrevistas para a colecta de dados sobre a realidade do tema da pesquisa;
- c) Análise de dados com base na revisão de literatura, nas entrevistas e na experiência

dos envolvidos na implementação de programas de responsabilização social, a qual permitiu a observação (e envolvimento) directa de acontecimentos e fenómenos.

A recolha de dados foi realizada através de visitas de campo aos Municípios da Ilha de Moçambique e Quelimane (ambos Municípios alvo do Programa MuniSAM³) durante os meses de Junho e Julho de 2018. A identificação destes Municípios foi feita de forma semialeatória pois o facto de pertencerem a duas das províncias mais populosas de Moçambique representou um factor importante na sua escolha (dados preliminares do Censo de 2017⁴). Foram igualmente tomadas em consideração algumas diferenças entre os Municípios escolhidos que pretendiam proporcionar a esta análise dinâmicas e contextos distintos – diferentes culturas étnicas e religiosas (normas e práticas sociais), diferentes níveis de urbanização e desenvolvimento autárquico, nível de prestação de serviços e de acesso a serviços primários (Educação e Saúde, por exemplo), Quelimane liderado pelo partido da oposição MDM e Ilha de Moçambique pelo partido no poder FRELIMO, entre outros.

⁴ In: file:///C:/Users/user/Downloads/Doc_FINALApuramento_Preliminar%20(2).pdf

A província de Nampula, a mais populosa de Moçambique, tem mais de 6 milhões de habitantes (6,102,867) entre os quais 51% são mulheres. A província da Zambézia, a segunda mais populosa tem mais de 5 milhões de habitantes, sendo que as mulheres constituem cerca de 52.6% da população (num total de 5,110,787 habitantes). Nestas províncias, o analfabetismo, os casamentos prematuros, a pobreza e o alto nível de desemprego são problemas que mais afectam mulheres e jovens raparigas e rapazes.

Optamos por usar maioritariamente uma metodologia qualitativa mais ligada à interpretação de comportamentos, motivações, expectativas e opiniões do grupo de indivíduos entrevistados, apoiando, quando necessário alguns argumentos em dados quantitativos. Os indivíduos da amostra do estudo foram escolhidos de forma deliberada usando como critérios: a sua ligação aos programas implementados pela United Purpose em responsabilização social, governação e engajamento cívico; a sua pertença ou filiação a uma associação, organização ou partido político; a sua influência (formal ou informal) no seu meio social; entre outros.

Os entrevistados oriundos de organizações e associações da sociedade civil (ao nível local e central), órgãos autárquicos, instituições públicas e partidos políticos representaram um universo de 40 pessoas, 22 mulheres e 18 homens, entre os quais 29 jovens raparigas e rapazes. A recolha de testemunhos foi feita com base em entrevistas estruturadas e semi estruturadas, individuais e colectivas através de grupos focais, que pretendiam contemplar perguntas mais abrangentes, visando obter opiniões sobre o tema, relatar histórias, debater a realidade local e propor mudanças. Os Grupos Focais foram criados de acordo com critérios de género, faixa etária, filiação política, pertença a uma determinada associação e / ou organização.

O **objectivo geral deste estudo** foi o de **analisar e documentar as dinâmicas (actuais) de Participação e Representatividade de Mulheres e Jovens raparigas e rapazes nos Processos de Governação em Moçambique** com algum foco no nível local. Nesta linha, os **objectivos específicos** deste estudo foram:

- i. Analisar a situação actual em termos de igualdade, equidade e inclusão de mulheres e jovens raparigas e rapazes em processos de participação pública e tomada de decisão;
- ii. Discutir sobre a existência de espaços e mecanismos (formais e informais) de participação apropriados e as oportunidades para mulheres e jovens raparigas e rapazes bem como as barreiras que condicionam essa participação sob a percepção de representantes destes grupos;
- iii. Documentar evidências recolhidas através de programas de responsabilização social implementados pela United Purpose; e,
- iv. Propor recomendações sobre como assegurar a maior inclusão e participação mais efectiva e eficiente de mulheres e jovens raparigas e rapazes em processos de governação e tomada de decisão.



Jovem rapariga da Associação Olakana Wamiravo da Ilha de Moçambique

Análise das dinâmicas de Participação e Representatividade de Mulheres e Jovens raparigas e rapazes nos Processos de Governação em Moçambique

Para os efeitos deste estudo levaremos em conta a **definição de participação de Arnstei, S.**⁵ que a define como (...) *a redistribuição de poder que permite aos cidadãos actualmente excluídos dos*

processos políticos e económicos, a serem activamente incluídos no futuro e a estratégia pela qual se integram ao processo de decisão acerca de quais as informações a serem divulgadas, quais os objectivos e quais as po-

³ Programa de Monitoria de Responsabilização Social ao nível dos Municípios implementado pela United Purpose (anteriormente Concern Universal) desde 2012 em parceria com Organizações da Sociedade Civil e de Base locais actualmente em 14 Municípios do Centro e Norte de Moçambique: Metangula, Marrupa, Cuamba e Lichinga (Provincia de Niassa); Mocimboa da Praia, Montepuez, Chiure e Pemba (Provincia de Cabo Delgado); Angoche, Malema e Ilha de Moçambique (Provincia de Nampula); e Gurue, Mocuba e Quelimane (Provincia da Zambézia).

⁵ ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002 (In: <http://aeessp.org.br/escada.pdf>)

líticas públicas que serão aprovadas, de que modo os recursos públicos serão alocados, quais programas serão executados e quais benefícios estarão disponíveis. Resumindo, a participação constitui o meio pelo qual os cidadãos podem promover reformas sociais significativas que lhes permitam compartilhar dos benefícios da sociedade envolvente.

Com base nisto, pressupomos que **a igualdade no exercício de participação significa que tanto homens como mulheres de diferentes faixas etárias devem ter os mesmos direitos, deveres e oportunidades e que o seu**

conhecimento e experiência devem ser potencializados de igual forma para promover o desenvolvimento de todos os pilares de uma sociedade.

Esta revisão de literatura, interligada com a documentação dos testemunhos com o grupo alvo deste estudo, pretendeu captar as principais barreiras existentes à participação de mulheres e jovens raparigas e rapazes em processos de governação em Moçambique e as dinâmicas de Participação de Mulheres e Jovens nos processos de governação em Moçambique.



Matilde de Oliveira (membro da Associação de estudantes da Universidade Pedagógica do SAMCom e do Parlamento Juvenil, Quelimane)



Mussa Razão Ali Presidente da Associação Olakana Wamiravo da Ilha de Moçambique

CAPÍTULO II

Principais barreiras à Participação de Mulheres e Jovens raparigas e rapazes

Para identificar as barreiras à participação de mulheres e jovens raparigas e rapazes na esfera pública temos de inevitavelmente abordar a existência de estereótipos sociais e analisar a cultura, as normas e as regras sociais do contexto no qual queremos basear o nosso argumento.

Para Van den Bergh-Collier (2007), Namburete (2010)⁶ e para o próprio Ministério de Género, Criança e Acção Social⁷ as posições das mulheres e dos homens numa dada sociedade são muito influenciados pelos mecanismos culturais que definem a distribuição de bens económicos e os recursos disponíveis e, em Moçambique predominam dois sistemas e em ambos os quais a mulher se encontra numa posição desfavorecida: (i) o Sistema patrilinear praticado no Sul do país em que são os homens que detêm a propriedade dos recursos do agregado familiar e o poder de tomada de decisões quanto ao seu uso e de igual forma determina o nível de acesso da mulher a estes bens e recursos; (ii) e o Sistema matrilinear,

predominante no Centro e Norte do país, em que apesar de o poder sobre os recursos (e consequentemente o poder sobre o seu uso) estar concentrado nos familiares da mulher o mesmo não confere nenhuma autonomia ou poder formal à mulher pois continuam a ser os homens da família da mulher que ainda detêm poder de decisão e distribuição, apenas auferem à mulher um estatuto de menor dependência dentro do agregado pois a sua família detém mais poder que a do homem.

Esta dependência económica e subordinação social e cultural da mulher ao homem estende-se, naturalmente, para além da esfera privada para a pública e tende a marcar as relações de género em Moçambique também na esfera política. Conforme explica Sheila Mangato (Coordenadora de Projectos de Participação Política do Fórum Mulher) *“falar de participação política das mulheres é falar de um processo complexo, dado que nós sempre fomos educadas e crescemos num ambiente patriarcal e machista em que as mulheres não entram em discus-*

⁶ Namburete, Eduardo. 2010. Género e Governo Local em Moçambique. Gender Links

⁷ In: Perfil de Género em Moçambique, 2016, Ministério de Género, Criança e Acção Social

⁸ Conceição Osório (2005) Subvertendo o poder político? Análise de género das eleições legislativas em Moçambique, 2004. WLSA Maputo, Moçambique

sões de assuntos ligados a participação tanto dentro e ou fora da família, nem em questões de decisão.”

Segundo Osório (2005)⁸ os partidos políticos são altamente patriarcais para com as mulheres partidárias e as suas alas femininas são margi-

nalizadas nos processos de tomada de decisão referenciando que na maior parte das vezes o papel auferido às mulheres em reuniões públicas e campanhas eleitorais é o canto e ao uso da sua capacidade de apelar aos votos do público.



A Mulher e o (ou a falta de) Poder de decisão

“A mulher moçambicana continua a ser submissa apesar de algumas mudanças, e ainda não tem a voz que deveria ter. Veja no sector social as mulheres muitas vezes não conseguem abrir-se nem impor-se perante os maridos com medo de perder o lar. A cultura ainda prevalece machista, muito tem melhorado mas ainda é uma sociedade machista e esse tipo de mudança leva muito tempo pois necessita de mudar mentalidades, e a forma de pensar das pessoas é muito instável, podem pensar de uma forma hoje e amanhã retroceder. Fora de casa até podes encontrar algumas mulheres com voz, mas dentro das suas casas o lema é ‘a mulher deve escutar o que o pai, tio ou marido diz e seguir esse rumo’. Eu quando era criança por exemplo não ia à escola porque o meu pai dizia-me que eu não podia estudar porque a escola não ia-me levar adiante na vida que eu devia ficar em casa aprender as tarefas domésticas e agricultura, mas por sorte tive o meu avô que bateu o pé e disse que eu precisava de ir à escola e foi graças a ele que eu estudei, mas veja, essa decisão dependeu sempre da decisão de um homem e nunca da minha mãe ou de outra mulher.”

(Regina Armando – Membro do Comité de Monitoria de Responsabilização Social do Município de Quelimane)

A experiência adquirida através da implementação de iniciativas de responsabilização social em Moçambique permitiu-nos concluir que a cultura patriarcal e machista (até em lugares sob o sistema matriarcal) continua a olhar para a esfera privada como um «mundo de mulheres» e a esfera pública como um «mundo de homens». As mulheres moçambicanas constituem um pouco mais de metade da população (segundo os dados preliminares do CENSO 2017) mas as altas taxas de analfabetismo; a falta de acesso e controlo so-

bre a terra; o limitado acesso aos serviços de saúde que entre outros resultam em altos índices de mortalidade materna e na prevalência do HIV; os casamentos prematuros; e à prevalência do uso de argumentos culturais para justificar a violação constante de direitos humanos das mulheres e a manutenção da impunidade constituem as principais barreiras à sua participação efectiva na tomada de decisões sobre todas as matérias e esferas da sociedade.



A interdependência do papel Político, da Cultura e da Religião

“Nós mulheres não temos aquela força de apoiarmos outras mulheres porque somos muito influenciadas pelos homens, e eles não abrem espaço para as mulheres avançarem na política. O papel histórico é aquele de que o homem é quem está à frente, principalmente em sociedades muçulmanas como a nossa. Uma vez numa reunião das mulheres autarcas que eu fui conheci uma mulher chamada Fátima, da Mauritânia, que disse que estava há 3 mandatos à frente do Município dela e numa região predominante muçulmana e eu fiquei surpresa porque nós que estamos inseridas numa sociedade muçulmana estamos ainda mais limitadas pela religião e pelas suas profecias, não queremos ser consideradas descrentes! O que nós temos feito enquanto políticas é tentar fazer ver os homens, e os nossos colegas principalmente, que nem todas as famílias são chefiadas por homens, há famílias que mesmo estando o homem a mulher é que é o elo mais forte porque ela cuida da casa, dos filhos e ainda trabalha. Estamos a sensibilizar as mulheres na comunidade a aderirem à escola porque lá é que é o caminho para elas, é preciso estudar, para ter conhecimento, auto-estima e para se valorizarem. E quando já somos líderes temos de apoiar outras mulheres a seguirem o exemplo. Há inclusão das mulheres nos postos de governação, não podemos dizer que ainda não existe, mas ainda predominam os homens, ainda predomina a voz deles e a visão deles. É preciso motivar as mulheres, é preciso capacitá-las para elas estarem preparadas para se sentirem integradas, para terem consciência política, para estarem efectivamente dentro da governação e para tal antes de tudo devemos conhecer os nossos direitos e os nossos deveres!”

(Mariamo Wilson – Presidente da Assembleia Municipal da Ilha de Moçambique)

É possível constatar que em Moçambique apesar dos muitos avanços políticos que as mulheres fizeram devido às cotas de género que foram impostas e que visavam aumentar o número de mulheres em órgãos de tomada de decisão, o percentual de vagas ou cargos ocupados por mulheres não revela nada sobre o quanto elas participam plenamente ou quanto poder exercem, pois existem muitos obstáculos sociais, culturais e económicos que não as deixam progredir – “*existe um maior número de mulheres no poder mas sem poder*” (Raposo, Guirengane e Muchanga 2014, p.34)⁹.

Não basta somente assegurar cotas para Mulheres, é necessário garantir que as mulheres possam liderar, participando activamente na tomada de decisão e acima de tudo a encontrarem espaço para serem ouvidas de igual forma à dos homens. No entanto, apesar das cotas impostas e do aumento do número de mulheres na política em Moçambique, a representação das mulheres em postos de tomada de decisão continua muito baixa, sobretudo a nível dos órgãos locais. Sob o actual mandato municipal (2014–18) apenas 05 mulheres são presidentes de Conselhos Municipais de 53 municípios (9.43%) e 08 (15.09%) presidentes de Assembleias Municipais.

Segundo dados do Portal do Governo de Moçambique¹⁰, apesar de desactualizados (pois existem actualmente 154 distritos), ao nível distrital existem 97 administradores de distrito homens e apenas 33 são mulheres e ao nível Provincial 7 Governadores homens e apenas 3 mulheres¹¹ (mesmo após as ultimas mudanças feitas pelo actual Presidente da República de Moçambique quanto à exoneração de alguns governadores)¹².

“Não estamos a representar na totalidade as mulheres e as raparigas Moçambicanas, estamos lá nos postos de liderança, mas não as representamos. Acesso a informação? Nem os jornalistas em Moçambique têm total acesso a informação. Quando se toma uma decisão ao nosso nível de governação somos chamados mas quando são a outros níveis nem sempre continuamos na luta para ser envolvidas em todas e quaisquer tomadas de decisão. Ultrapassamos a meta das cotas das mulheres em postos de liderança e na política comparado com outros países da África Austral mas a verdade é que as nossas vozes não se fazem sempre sentir, precisamos de mais autonomia a nível da posição que ocupamos.”

(Membro da Assembleia Municipal da Ilha de Moçambique)



“Existem muitas mulheres no parlamento mas ainda não tiramos da nossa mente que o homem manda e a mulher ouve, e isso é igual para essas mulheres no parlamento, lá elas até podem querer defender os seus interesses, mas se na casa delas elas ainda são submissas, vira um conflito na mente delas e elas acabam cedendo a esse pensamento cultural. Digo por isso, não basta colocar lá mulheres é preciso educar os nossos políticos, tanto mulheres quanto homens, é um desafio enorme, é preciso pensar estratégias, junta sociedade civil com o governo e partidos políticos, é preciso compreender as causas subjacentes dessa submissão e falta de voz das nossas mulheres políticas e abranger todos os intervenientes relevantes à causa.”

(Achima Mussa, Presidente do NAFEZA – Núcleo das Associações Femininas da Zambézia)

Por outro lado, as principais barreiras existentes que condicionam a participação dos jovens raparigas e rapazes em Moçambique¹³, segundo um estudo feito por pesquisadores do Parlamento Juvenil (Raposo, Guirengane e Muchanga 2014) são o limitado acesso à informação, o deficiente diálogo entre Estado e camadas jovens raparigas e rapazes e a fraca participação social na elaboração de políticas públicas. “*Os jovens, apesar de constituí-*

rem a maioria populacional e dignos continuadores das tradições patrióticas do povo Moçambicano [conforme citado pelo autor esta visão está plasmada na Constituição da República de Moçambique] continuam os eternos preteridos da agenda política debatendo-se, por isso, com várias dificuldades, de entre as quais o acesso aos direitos fundamentais e sociais”. (p. viii)

O estudo em questão explica que as oportu-

⁹ Egídio G. Vaz Raposo & Quitéria Guirengane (coordenação) e Salomão Muchanga (Supervisão), Maputo, Maio 2014, Juventude e Participação Política em Moçambique. Parlamento Juvenil de Moçambique

¹⁰ In: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Governo/Governos-Distritais> (acedido em 23.08.2018)

¹¹ In: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Governo/Governos-Regionais> (acedido em 23.08.2018)

¹² In: <http://www.verdade.co.mz/newsflash/66527-sofala-manica-e-niassa-tem-novos-governadores-> (acedido em 23.08.2018)

nidades de participação da juventude são escassas e estão dependentes da natureza das instituições existentes as quais precisam ser abertas às preocupações, aos interesses e ao envolvimento da juventude (criando os espaços necessários, reforçando estruturas existentes e implementando mecanismos de inclusão para uma participação activa, informada e responsável). “A competência na participação exige que os participantes se munam de conhecimento bastante para fazer escolhas informadas. O acesso à informação e, a educação como forma de integração e inclusão social são os grandes elementos que possibilitariam a participação dos jovens em todos os processos a eles inerentes”. (pág. 8) No entanto os autores admitem que, no contexto Moçambicano, aos 25 anos os jovens dificilmente conseguem materializar os seus sonhos tanto ao nível de educação como sociais e inserção no mercado trabalho, aliado ao facto de o seu acesso a informação e o conhecimento e compreensão sobre mecanismos disponíveis serem limitados, agravando as dificuldades para a sua participação efectiva.

Com base na consulta de literatura, nas entrevistas realizadas e na experiência acumulada pela implementação de programas de responsabilização social no contexto Moçambicano é possível perceber que: (i) a intolerância para com o multipartidarismo dos nossos políticos; (ii) a ausência de democracia plena nas instituições em que são filiados (que tende a ser mais responsável para com os interesses partidários do que com a defesa dos direitos dos jovens raparigas e rapazes); (iii) e, a fraca abertura para o diálogo por parte das instituições políticas (marcada pela visão de que os jovens raparigas e rapazes ainda não têm maturidade para participar em todos os espaços nem tomar decisões) são factores altamente responsáveis da descrença e passividade aparente da juventude actual.

Segundo os jovens raparigas e rapazes envolvidos nesta pesquisa a grave falta de emprego e as consequências que isso acarreta ao seu bem-estar faz com que os jovens comecem a aperceber-se das injustiças quanto aos critérios de atribuição de postos – não com base no nível de conhecimento e experiência mas através de cunhas de parentesco ou de interesses partidários pois conforme discutidos pelos Grupos Focais de jovens tanto em Quelimane como na Ilha de Moçambique muitas vagas são atribuídas apenas a indivíduos do parti-

do específico.

“Nós jovens não queremos ter nada a ver com isso de partidos, estamos cansados, queremos pensar sozinhos, não pensar de uma forma porque o partido te diz que é assim, não queremos estar dependentes dessa doutrina para conseguir vingar na vida. Na área de educação muitos professores são despromovidos, deslocados para outros distritos porque se descobre que são de certos partidos e isso revolta-nos. A revolta que tem os jovens é perigosa porque é silenciosa, a frustração que sentimos no coração com esta situação ninguém sabe, não falamos, somos marcados se falarmos, então por isso é uma revolta silenciosa, falar para quê? Para sermos perseguidos depois? E nada ser resolvido? É a partir daqui que nós nos sentimos abandonados.” (Jamal Essiaca – Membro da Associação Jovens Olakana Wamiravo da Ilha de Moçambique)



“Actualmente existe um grande desrespeito entre os partidos e as próprias instituições públicas, em Moçambique não se aceita a existência do outro e nós jovens não achamos isso saudável, enquanto alguém for da oposição não ascende na vida política, por mais que seja competente não é reconhecido nem respeitado, não olham para o benefício que o individuo pode trazer para a instituição mas sim para cor partidária até em sectores como o da educação isso acontece, um professor que se venha a saber ser do partido diferente daquele no poder é posto para segundo plano e colocado em postos baixos e em zonas remotas. Este modus operandi do partido no poder e das instituições afecta o desempenho e a credibilidade das instituições, os serviços prestados e consequentemente a participação dos jovens.”

(Sílvio Silva – Presidente do SAMCom Quelimane e Coordenador Provincial do Parlamento Juvenil na Zambézia)

¹³ Em Moçambique a idade que compreende a juventude vai dos 18 aos 35 anos.

Outro exemplo que constitui um factor de desmotivação e receio de participar mencionado por jovens mulheres membro da associação de Jovens Olakana Wamiravo da Ilha de Moçambique é o facto de na maior parte dos casos, a nível local os chefes dos sectores públicos ainda serem maioritariamente homens o que tem um grande peso *“na falta de coragem e vontade das mulheres de recorrer a estes serviços para reivindicar oportunidades e direitos.”* O mesmo argumento foi dado pelas jovens que participaram na discussão do Grupo Focal de Jovens raparigas e rapazes em Quelimane¹⁴, segundo as quais *“tanto a nível das instituições do Estado quanto a nível dos bairros e dos Conselhos Consultivos os líderes são maioritariamente adultos e homens e isso cria um abismo entre eles e nós, como vão compreender os nossos desafios e respeitar os nossos anseios se não vivem a nossa realidade?”*

Segundo os entrevistados, constituem factores da fraca participação na agenda pública, para além da fraca representatividade dos jovens raparigas e rapazes nos órgãos de tomada de decisão (que desencoraja os seus pares de participar mais), a falta de acesso a informação e a uma agenda comum da juventude aliada à fraca independência dos órgãos criados pelo governo para promoção da juventude devido à sua filiação partidária (como o caso da CNJ – Conselho Nacional da Juventude e as suas ramificações CPJ e CDJ – Conselho Provincial e Distrital da Juventude, nomeadamente). Através da interacção com membros dos CDJ da Ilha de Moçambique e de Quelimane foi possível perceber que existe da parte destes jovens (e do próprio órgão em si) vontade de dinamizar a participação dos jovens

raparigas e rapazes na tomada de decisão a nível dos seus distritos no entanto a alegada falta de fundos para as actividades pró jovens acaba por estagnar os seus projectos e planos.

Entre as principais reclamações feitas por membros destes órgãos estão: (i) a falta de acesso a informação clara sobre a verba disponível no orçamento do Estado para o efectivo funcionamento destes órgãos *“queremos planificar com base no fundo real e não estarmos a planificar e toda a hora deitar tudo abaixo, isso desmotiva-nos”*; (ii) a falta de estrutura adequada para o pleno funcionamento da organização *“instituição são criadas mas não nos é fornecida a estrutura necessária para operarmos”*; (iii) a falta de representação adequada e suficiente nos Conselhos Consultivos e o facto de que estes indivíduos são apontados pelo Governo *“isso coloca em causa o quanto ele leva as nossas preocupações e defende os nossos direitos, esses que vão indicados pelo governo chegam lá e não falam nada”*; (iv) a falta de fóruns de debate e tomada de decisão só para jovens raparigas e rapazes e a sua filiação ao aparelho do Estado que condiciona a sua capacidade de canalizar os desafios e as reclamações que lhes são partilhadas pelas associações juvenis o que resulta na descrença da sua capacidade e função; (v) e, a baixa representatividade das mulheres nestes órgãos (caso da Ilha de Moçambique: 5 mulheres para 21 homens (e apenas uma mulher num cargo de liderança – vice-presidente do conselho fiscal) *“muitos jovens tanto homens como mulheres ainda pensam que os homens é que devem fazer política e muitos homens ainda continuam a não querer estar atrás de uma mulher”*.

Os baixos níveis de escolarização em casos



Tuquia Bacar Juma (Presidente da ACUMI, Associação Cultural das Mulheres da Ilha de Moçambique)

como a Ilha de Moçambique (que para além da falta de oportunidades locais de instituições de ensino superior existem também poucas oportunidades de emprego fazendo com que os jovens acabem por desistir da escola e ingressar no mercado informal desde cedo) e a partidarização das oportunidades e das instituições sociais patente em todos os testemunhos nas entrevistas realizadas surgem como grandes motivos de insatisfação da camada jovem. *“Temos algumas vagas no Governo, na Administração do Distrito, no Conselho Municipal, mas é muito difícil vermos um jovem natural da Ilha a ter um emprego nessas áreas porque são empregos importados, que já tem donos, aquele anúncio é só para tapar a vista, já tem pessoas para estarem ali,*

não há seriedade na parte do Governo. É a partir daqui que o jovem fica naturalmente frustrado, não temos centros de formação profissional nem dinheiro para sair daqui para prosseguir os estudos noutro lugar, o jovem que termina a 12ª e não tem forma de se deslocar para Nampula por exemplo para se formar é difícil, o que vai pensar? Vai pescar, vai trabalhar nas obras ou vender. É um governo familiar em que um chama um parente seu para entrar naquelas vagas e isso revoltamos e de certa forma deixa-nos desesperados porque não vemos uma solução, uma luz ao fundo do túnel, mesmo a 12ª, muitos pensam, terminar para quê? Se vamos acabar a pescar!”

Mussa Razão Ali (Presidente Associação Jovens Olakana Wamiravo)

Participação de Mulheres e Jovens raparigas e rapazes nos Processos de Governação em Moçambique

Segundo o editorial da coordenadora da WLSA em Moçambique Maria José Artur no estudo de Osório (2005) verifica-se na sociedade Moçambicana uma situação de injustiça na qual as mulheres têm menos possibilidades de usufruir dos seus direitos de cidadania e têm menos acesso a recursos e às instâncias de decisão. Durante a revisão de literatura para a elaboração da presente análise foi irónico concluir que grande parte dos artigos e estudos consultados apesar de serem, de certa forma, ‘antigos’, as suas afirmações e análises continuam preocupantemente actuais, o que constituiu em algumas situações optarmos, no âmbito deste estudo por determinados artigos em detrimento de alguns mais recentes.

Segundo Osório (2005), em Moçambique a sociedade ainda é pensada no masculino e tanto as vozes como as identidades dissidentes são estigmatizadas e marginalizadas e o incremento da visibilidade das mulheres ao nível político não significou necessariamente uma maior possibilidade de intervenção e de influência de agendas políticas de modo a incluir os interesses e as necessidades das mulheres pois ainda não se conseguiu destituir o modelo de governação que legitima a dominação masculina em Moçambique. Van den Berh-Collier (2007) discute o facto de que em Moçambique nenhum partido político faz esforços suficientes para conquistar votos femininos através de projectos que visem essen-

cialmente o seu bem-estar, melhoria de oportunidades e promoção de igualdade de género em todas as esferas da sociedade – nem mesmo são criados espaços apropriados para mulheres e entre mulheres para discutirem questões actuais e encontrarem soluções para os desafios que enfrentam no seu dia-a-dia.

De facto, em 2018 ainda se sente na prática a ausência de estratégias fortes e multisectoriais para promover de forma efectiva a igualdade de direitos e oportunidades entre os sexos, assim como a mudança na cultura política de como ‘são geridos assuntos de género’. Esta realidade traz consequências negativas para os níveis de governação mais descentralizados em que tanto o número de cargos ocupados por mulheres como o nível de participação de mulheres é ainda mais baixo do que o nível central. Osório e Macuacua (2014) explicam esta baixa participação como consequência da ausência tanto nos manifestos como nas actividades de campanha eleitoral de referências às mulheres, mesmo quando são abordadas questões que afectam directamente o quotidiano feminino, negligenciando a sua visibilidade e protagonismo bem como a falta de cumprimento da defesa dos direitos das mulheres que ocupam cargos de liderança ao nível municipal – relevando o papel da mulher para animadora das campanhas eleitorais e não como governantes.

Para Regina da Cruz Caminho (Representan-

¹⁴ Que abrangeu associados jovens raparigas e rapazes do Parlamento Juvenil, SAMCom – Comité de Monitoria de Responsabilização Social e Associação de estudantes da universidade de Moçambique

te da Frente Feminina do Parlamento Juvenil na Zambézia) falar sobre a participação de mulheres e jovens em Moçambique é ainda um calcanhar de Aquiles, pois apesar de já termos passado a fase de números em que a intenção era correr para alcançar grandes números na inclusão de mulheres e jovens nas actividades governativas o que vemos em termos de leis desenhadas e aprovadas e políticas e projectos implementados com sucesso não corresponde às cotas ocupadas.



Regina da Cruz Caminho (Representante da Frente Feminina do Parlamento Juvenil na Zambézia)

Quando se fala de participação de mulheres e jovens raparigas e rapazes referimo-nos, na maior parte das vezes ao voto e à mobilização popular nas campanhas políticas mas ainda se verifica uma grande exclusão destes grupos nos processos de tomada de decisão. Segundo Regina da Cruz Caminho os poucos que tem acesso a estes espaços e poder de voz estão instrumentalizados pois já foram incumbidos por um grupo de homens dos respectivos partidos do que devem dizer. “Como consequência temos a desmoralização dos jovens e das mulheres em termos de participação, até mesmo a questão do voto, a cada pleito eleitoral menos

participação, uma exclusão voluntária dos cidadãos pois as pressões sociais fazem com que se envolvam no recenseamento eleitoral e nas campanhas mas na hora de votar não vão. Se os Partidos querem maior participação e inclusão têm de ouvir o que estes grupos pensam, deixar de os manipular, de os instrumentalizar e dar uma voz verdadeira não comandada por um grupo de homens por trás daquela figura jovem ou feminina.”

Com a introdução do sistema multipartidário em Moçambique novas possibilidades abriram-se para a participação da mulher na sua luta pela igualdade, no entanto, apesar de o modelo político democrático permitir a inclusão política das mulheres o mesmo não garante a inclusão das suas vozes nos processos políticos e o modelo sociocultural ainda controla as relações de género e legitima o poder com base no “sexo”. Uma contradição importante mencionada por Osório (2005) sobre as relações de género em Moçambique é que o Estado ao promover a igualdade de género potencia aparentemente conflitos entre meios de pertença pois os actores que devem fazer cumprir a igualdade são orientados por uma cultura que discrimina as mulheres ao mesmo tempo que as instituições públicas são organizadas em função de um modelo de dominação masculina.

“Se no espaço público se está entre iguais no que respeita ao Estado democrático, (todos e todas são sujeitos às mesmas regras), na esfera privada os direitos são hierarquizados em função do sexo e da idade. Portanto, embora todos os seres humanos nasçam livres e iguais perante a lei, na verdade a diferença presente na humanidade (homens e mulheres) é construída na desigualdade. Esta dicotomia entre espaço privado e espaço público interfere na construção da democracia como sistema representativo (...).” (Osório e Macuá-cua, 2014, p. 26)

“Nesses espaços públicos elas são confrontadas com a exigência de haver o respeito pela igualdade de género então fazem-se políticas muito bonitas, a Constituição da República é um exemplo, e todas aquelas políticas que as mulheres foram conseguindo através dos movimentos sociais, como a Lei da Família, a Lei da Violência, agora em discussão ainda a Lei para prevenção dos casamentos prematuros, tudo parece algo muito forçado para a criação de políticas públicas. Mas quem deve implementar as políticas públicas? São os mesmos fazedores de políticas que vêm de instituições públicas que vêm daquelas vivências familiares de base patriarcais.”



(Cândida Quintano, Directora Executiva do NAFEZA)

Segundo entrevistados e alguns autores a representação feminina no parlamento tem depen-

dido de lobbies realizados pelos movimentos das mulheres e do empenho das organizações parti-

dárias em promover a participação feminina para responder ao aumento demográfico deste grupo social não se entendendo no entanto a participação das mulheres como factor de aprofundamento do exercício democrático do poder. Cândida Quintano (directora executiva do NAFEZA) explica que dentro desses *lobbies* estão situações graves de assédio sexual e condescendência das mulheres para ascender ao poder, “*muitas mulheres que estão na política e com as quais lidamos durante a implementação de programas de governação confienciaram-nos que para ascender na hierarquia tem de se submeter a investidas dos homens, e qual é então a dignidade destas mulheres? Que voz e que papel terão elas na política?*”

Ao nível local factores que constituem motivos de intimidação da participação e assédio moral à voz das mulheres são por exemplo o tema levantado por jovens raparigas quanto à falta de sigilo de alguns órgãos que deviam promover a segurança e bem-estar das mulheres, o que se torna mais grave em meios pequenos, segundo as entrevistadas “*existe o gabinete de atendimento na Polícia mas lá não vão resolver o nosso problema e ainda vai-nos arranjar mais problemas, normalmente dizem que esse tipo de assuntos de violência de marido para mulheres são problemas familiares que devem por isso ser resolvidos dentro de casa. Em muitos casos essas denúncias vêm a saber-se e por isso as mulheres não têm coragem de ir lá a esse gabinete e queixar porque têm medo de maior represália e vergonha de serem mandadas embora das suas casas.*”

Como resultado das dinâmicas e fenómenos aqui discutidos, a participação das mulheres em Moçambique é marcada pela reclamação dos seus tormentos e direitos através da cultura, do canto, da dança, no entanto, se questionadas sobre o que é um manifesto eleitoral ou um orçamento não sabem, se lhes perguntarmos de que forma participam na tomada de decisão e em processos de governação elas irão responder “*através do meu voto*” mas até que ponto esse voto é responsável? Até que ponto esse voto não terá sido influenciado pelos seus maridos, pais, tios? Até que ponto esse voto não terá sido motivado por uma camisete, um boné, uma canção entoada por mulheres políticas nas campanhas eleitorais nas suas comunidades?

O voto, um exercício de tremenda responsabilidade cívica, que determinará o cenário político dos próximos anos ainda é a nosso ver, em Moçambique, desinformado e influenciado até certo

ponto, seja por desconhecimento de processos e falta de acesso a informação pelos cidadãos, seja pela forte partidarização do processo eleitoral. Conforme menciona um dos entrevistados Hafiz Juma (líder religioso e Presidente da associação Ilha de Moçambique) “*é necessário apoiar as mulheres a usar pólos de atracção como a dança, o canto, o desporto, a leitura, e qualquer outro tipo de arte que as faça reunir pois é nestes momentos que elas devem ser formadas e educadas para que levem este conhecimento para o seu dia-a-dia*” – mas será que não podemos ser mais disruptivos? Segundo o mesmo entrevistado “*se as mulheres ou qualquer outra pessoa se posicionar em conflito com o governo são marginalizados e perdem a possibilidade de participação que conhecem, em vez de serem marginalizadas e colocadas de lado preferem calar!*”

Ademais, existe um sentimento generalizado de que as actuais líderes em Moçambique, apesar do cada vez em mais elevado número, continuam a não defender os interesses das mulheres Moçambicanas que se vêm marginalizadas no acesso ao mercado de trabalho, vítimas de assédio nos seus empregos, de violência psicológica e física nas suas casas, casamentos prematuros, violações, etc. Apesar de recentemente as mulheres políticas se terem mostrado mais unidas na luta contra a violência doméstica e defesa dos direitos e liberdades das mulheres face aos exemplos públicos de violência que alcançarem grande repercussão nos órgãos de comunicação devido ao envolvimento de mulheres ‘famosas’ (como Valentina Guebuza e Josina Machel, ambas filhas de antigos Presidentes da República, uma prova de que mesmo estas estão sujeitas a abusos e violência doméstica).

Para a Vereadora de Actividades Económicas as mulheres políticas vêm-se mais como mobilizadoras, sensibilizadores e guardiãs dos princípios e da cultura da sociedade e “*não batem o pé,*



Dalila (Vereadora de Actividades Económicas do CM da Ilha de Moçambique)

não confrontam, não contradizem a realidade nem pressionam governantes e instituições para mudanças pois a submissão das mulheres dentro da família acontece também dentro dos partidos a que pertencem.”

De facto, a nossa experiência durante a implementação do Programa MuniSAM permite-nos argumentar que esta realidade se deve em parte à inexistência de espaços apropriados e receptivos à participação exclusiva das mulheres, pois os espaços mistos existentes inibem a participação de mulheres devido às barreiras sócio culturais existentes (as mulheres sentem-se inibidas de falar quando diante de outros homens). Os partidos políticos ainda não vêem a mulher como uma agente económica, política e uma força de mudança social continuando a negligenciar a auscultação dos seus desafios e necessidades e a sua inclusão nos processos de planificação resultando em planos, orçamentos e manifestos que em nada promovem o empoderamento da mulher e da sua condição social e económica.

Por exemplo quando questionada sobre um exemplo de uma actividade pró mulher incluída no plano Municipal do ano em curso a Vereadora de Actividades Económicas da Ilha de Moçambique explicou que apenas existe uma actividade específica só para mulheres que é o projecto ‘Comida pelo Trabalho’ em que o Conselho Municipal beneficiou as mulheres na atribuição de empregos de limpeza da zona insular em troca de comida para ajudar a combater a falta de emprego que afecta as mulheres da Ilha de Moçambique. Apesar de ser um passo no sentido de responder a uma necessidade das mulheres é preciso perceber também que não é em cargos de limpeza que as mulheres vão ascender na sua carreira profissional ou mesmo condição económica e nem mesmo obter a informação e a capacitação necessária para melhorar a sua participação na governação local. Ao mesmo tempo, sendo o Conselho Municipal o provedor da sua fonte de rendimento menores serão as chances destas mulheres pressionarem os governantes locais para melhorar as suas oportunidades de participação e capacidade de influenciar melhoria de políticas e acções pró mulheres pois o governo passa a ser “*quem lhes coloca comida na mesa*” conforme uma das mulheres entrevistadas mencionou.

Em relação aos jovens raparigas e rapazes, apesar de constituírem mais da metade da população (56%) e por isso uma categoria social que obtém grande atenção nos discursos políticos,

estes continuam a ser um dos grandes desfavorecidos na prática, na implementação de acções concretas e políticas públicas pró jovens raparigas e rapazes em Moçambique. O trabalho de campo e as entrevistas realizadas permitiram-nos concluir que ‘muito é dito, mas pouco é feito’ para melhorar as condições e as oportunidades de vida dos jovens raparigas e rapazes Moçambicanos, com especial preocupação nas jovens mulheres que permanecem numa situação ainda mais vulnerável, conforme nos explicaram membros da Associação de Jovens Olakana Wamiravo na Ilha de Moçambique:

“Há muita falta de emprego sim mas as mais afectadas somos nós mulheres porque entre um homem e uma mulher todos ainda preferem contratar homens ao em vez de mulheres, alegam maior capacidade dos homens e maior disponibilidade pois eles não engravidam, não tem de cuidar das crianças, da casa”.

“Um dos grandes problemas dos casamentos prematuros é que depois de casadas muitos maridos não nos deixam ir à escola porque acham que vamos-lhes trair, desconfiam do nosso comportamento na escola e por isso preferem que fiquemos em casa com as crianças e cuidar só dos assuntos da casa”.



Sergio Anjinho (Presidente do Conselho distrital da juventude da Ilha de Moçambique)

Aliado a esta situação está uma mentalidade generalizada do Estado como uma fonte de emprego e rendimento seguro que contribui para o aumento de uma apatia política dos jovens raparigas e rapazes e na falta de vontade para confrontação com as normas e injustiças existentes no domínio político. Após a visita à Ilha de Moçambique e de alguma análise aos testemunhos recolhidos tanto dos jovens como de governantes locais arriscaríamos dizer que este parece ser um caminho que o Estado Moçambicano pretende seguir sabendo que este é o resultado da atribuição de empregos a jovens raparigas e rapazes no seu aparelho – tornando-os dependentes da

sua máquina desencorajam a sua oposição ao seu ganha-pão.

Segundo a perspectiva de um dos vereadores da Ilha de Moçambique, Amade Chande, “a juventude não está preparada para lidar com a falta de emprego porque existe a mentalidade de que quem tem de lhes proporcionar o emprego é o Governo e vêem emprego como sendo enfermeiro ou professor, é preciso uma educação cívica dos jovens para perceberem que há mais possibilidades de emprego que não em instituições estatais”.

Não desmerecendo este pensamento, e sendo obrigados até certo ponto em ‘concordar’ com o mesmo, perguntamo-nos mas quem é afinal responsável por promover esta formação cívica? Não estará o próprio Estado ao negligenciar esta componente a perpetuar a dependência dos cidadãos na sua máquina? Falta informação não apenas aos jovens raparigas e rapazes mas ao cidadão em geral, falta conhecimento, faltam possibilidade de horizontes, mas no fundo quem tem essa função é o próprio governo, para promover empreendedorismo e atribuir conhecimentos para explorar novas oportunidades áreas económicas. Falta formação de conhecimentos e capacidades sim, mas também falta formação de comportamentos, de atitudes, de espírito de sacrifício e liderança e aqui o Estado tem um papel fundamental.

O sentimento generalizado dos jovens raparigas e rapazes entrevistados é de que em Moçambique o Estado continua a adiar para um futuro incerto a sua participação e engajamento efectivo justificando-se com a ‘actual’ imaturidade e ingenuidade dos jovens para lidar com assuntos ‘de adultos’, deixando esta camada cada vez mais impaciente e consequentemente frustrada com a falta de oportunidade para participar, opinar, contestar em espaços apropriados, que não existem, e nos quais poderiam prestar enormes contributos para a melhoria das suas próprias vidas tornando-se finalmente cidadãos activos no desenvolvimento do país. Ademais, sente-se no seio da sociedade moçambicana a síndrome do “antigo combatente” por parte dos dois partidos envolvidos na guerra colonial (FRELIMO e RENAMO) os quais ao reclamar os seus direitos enquanto ‘libertadores do país’ exigem usufruir de todos benefícios, fechando [e negligenciando] assim o espaço e as oportunidades para os jovens que se sentem cada vez mais ‘colocados de parte’.

A falta de acesso a informação e de espaços de participação são outros factores de desmotivação dos jovens moçambicanos. Segundo raparigas e rapazes contactados existem jovens activos e capazes de participar em fóruns de debate e de tomada de decisão mas a fraca participação deve-se, entre outros, à falta de informação sobre quais os fóruns e como participar, a falta de convites para jovens que não fazem parte de partidos políticos e a falta de espaços liderados por jovens e com agendas específicas para responder as suas preocupações. Por sua vez somos obrigados a questionar o facto de os próprios jovens raparigas e rapazes não ‘correrem’ atrás dessa informação, como fazem atrás de outros tipos de informação (vagas em faculdades, cursos, vagas de emprego, informação e agenda cultural). Alguns jovens, raparigas e rapazes, dizem que esta é a consequência de estarem há muito a ser marginalizados perante oportunidades, espaços de participação e de tomada de decisão e acesso a informação e afirmam que o facto de serem colocados de lado em muitas situações deixa-os inseguros.



Jovens da Ilha de Moçambique

“Discurso político de sermos a força da mudança não corresponde com a prática e a informação não é disseminada pelo Governo, somos colocados à parte por ainda não termos alcançado a tão desejada maturidade e por não podermos discutir assuntos de adultos. Por outro lado não corremos atrás dessa informação pois isso tem consequência de ser conotado e desacreditado, não temos espaços para discutir as nossas necessidades e nem onde possamos defender a promoção dos nossos direitos, os políticos jovens não defendem os nossos interesses mas sim os interesses e princípios do seu partido político.” (Membro da Associação de Estudantes da Universidade de Moçambique de Quelimane)

“Existe uma grande desmotivação dos jovens e

isso nota-se na sua aderência a partidos políticos, eles tem percepção de que fazer política em Moçambique é complicado. Precisamos de uma despartidarização psicológica dos funcionários públicos, tenho de trabalhar numa instituição para trabalhar em prol dos Moçambicanos e não do nosso partido, nós que não somos do partido no poder, as nossas ideias não tem valor, mesmo que sejam boas, então isso significa que eu tenho de ser da FRELIMO para ser ouvido? E mesmo os Jovens da FRELIMO também não são ouvidos, os adultos sempre alegam saber mais que nós, até quando?” (Membro da Liga da Juventude do MDM - Movimento Democrático de Moçambique em Quelimane)



Membros das ligas da juventude dos partidos MDM e MAMO em Quelimane

Jovens entrevistados tanto em Quelimane como na Ilha de Moçambique alegam que tanto a nível das instituições do Estado quanto a nível dos bairros e dos Conselhos Consultivos os líderes são maioritariamente adultos e isso cria um abismo entre estes órgãos e a camada jovem. Afirmam ainda que as Direcções Provinciais de Juventude e Desportos não fazem nada em concreto pelos jovens. Segundo estas fontes as grandes barreiras sociais são o baixo nível de escolaridade (em especial das raparigas), altos níveis de pobreza, os casamentos prematuros, desemprego, a descrença no alto potencial de contribuição dos jovens raparigas e rapazes na gestão pública e processos de governação, o abuso de álcool e drogas e o aumento de índice de HIV. Estes constrangimentos resultam numa cada vez maior apatia e passividade dos jovens, e muitos ainda vivem na casa dos pais, licenciados mas sem emprego, casados e com filhos mas sem casa própria, e dependentes do sector informal, ao qual a maior parte dos jovens raparigas e rapazes recorre como forma de sobrevivência mas o qual não lhes dá segurança. Alegam ainda que a educação em Moçambique não está empenhada em formar os jovens para serem cidadãos ac-

tivos nem empreendedores mas sim para viver à espera do Estado pois as oportunidades criadas a nível dos partidos políticos são sob a forma de emprego o que alia o jovem a alistar-se naquele partido mas também a não criticar as acções do mesmo. Por sua vez a grande necessidade de obter um emprego e uma fonte de rendimento faz muitos jovens raparigas e rapazes com potencial renderem-se e submeterem-se à defesa dos princípios daquele partido e deixar de lado os interesses dos seus pares. Denunciam a enorme falta de políticas e acções mais concretas pró jovens raparigas e rapazes mas também problemas estruturais profundos da sociedade Moçambicana relacionados com a conjuntura sociocultural e económica do país que negligencia e marginaliza os jovens.

“Dizem que promovem acções para os jovens através do desporto mas o que se faz pelo desporto em Moçambique? Atribuição de bolas e limpeza de campos de futebol? Não é suficiente. Quanto recebem os nossos atletas? O desporto no mundo inteiro é uma forma de incentivar, educar e formar os jovens mas em Moçambique essa visão está apenas no papel, não se verifica em acções concretas. Os únicos desportos que merecem alguma atenção do governo é o futebol e o basquetebol mas e os outros? O atletismo, o andebol, o hóquei, e por aí em diante. A juventude é posta em último plano nos nossos planos de governação, alega-se falta de orçamento, mas não é só isso. O problema é que os órgãos que deveriam lutar pelos nossos direitos como a OJM, CPJ, CDJ não o fazem, pelo contrário só ouvem o partido devido à sua ligação partidária com a FRELIMO.” (Carimo Ali Sumaila, Membro do Comité de Monitoria e Responsabilização Social – SAMCom de Quelimane)

De facto quase todas as formas de participação dos jovens raparigas e rapazes estão ao nível do espectador e à votação (apesar de esta não ser necessariamente a forma mais eficaz de influenciar os processos políticos – conforme nos tem mostrado a realidade vivida no país e conforme testemunharam a maior parte dos jovens entrevistados). Segundo a camada jovem abrangida nesta pesquisa oriundos das organizações cívicas, as consultas e auscultações públicas para os quais alguns jovens são convidados a participar muitas vezes reproduzem os modelos familiares de submissão e nos quais os jovens são escolhidos a dedo para participar e a sua participação é orientada sobre a sua vez de falar, como se comportar e o que dizer nestes espaços públicos. Os

Jovens raparigas e rapazes audazes nas suas críticas são marginalizados muitas vezes pelo receio de governantes pelo poder da sua insatisfação quanto à falta de informação, de acesso a conhecimento sobre processos de gestão pública, de educação profissional, de oportunidades de emprego, facilidade de crédito para habitação,

entre outras. A distribuição de bolas de futebol, equipamento de desporto ou manutenção de campos de futebol que constituem a maior parte das actividades pró jovens plasmadas nos planos municipais não satisfazem os anseios dos jovens nem tem a capacidade de melhorar as suas vidas.

A Instituição em Moçambique que tem a função de promover a igualdade de Género é o Ministério da Mulher, Criança e Acção Social – MMCAS, criado em 2005 e actualmente Ministério de Género, Mulher e Acção Social (MGCAS), e a Direcção Nacional da Mulher (inserida dentro do MMAS e composta por dois departamentos o da Mulher e Família e o de Género e Desenvolvimento) que é responsável por definir e promover programas concebidos para prestar apoio material e empoderar mulheres – sendo por isso o órgão que coordena as acções das ONGs que trabalham nesta área temática – e com representatividade a nível das Províncias. Foi também criado pelo Conselho de Ministros o Conselho Nacional para o Avanço da Mulher cuja função principal é promover e monitorar a implementação de políticas de género do governo e é formado por ministros e vice-ministros, duas organizações da Sociedade Civil e representantes religioso, do sindicato e do sector privado. O Governo elaborou para promover e empoderar a condição e igualdade de género em Moçambique: a Política de Género e Estratégia de Implementação (que possibilitou a criação de outros mecanismos como pontos focais de género e unidades de género nos diferentes sectores), o Plano Nacional de Acção Pós-Pequim, e tem vindo a promover (com apoio – e pressão – da sociedade civil) a revisão de legislação discriminatória (violência domestica, casamentos prematuros, violações, etc.).

A criação do Ministério da Juventude e Desportos em 2000 (que sucedeu ao antigo Ministério da Cultura e Juventude) e a criação do Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e as suas artérias Provinciais e Distritais (Conselho Provincial e Distrital da Juventude) foram alguns dos passos dados pelo Governo visando conferir maior dignidade e protecção institucional aos direitos e assuntos da Juventude, salvaguardados na Constituição da República de 1990 que estabelece entre outros (art. 123) o reconhecimento da juventude como a força renovadora da sociedade e que estabelece que a juventude é a força renovadora da sociedade. Foram igualmente ao longo dos últimos anos assinados pelo Governo de Moçambique vários acordos a nível regional e internacional com o intuito de defender os interesses dos jovens e promover a sua equidade e empoderamento na sociedade tais como: a Carta Africana da Juventude (Julho 2006) que estipula entre outros que “a participação da juventude na tomada de decisões, no processo de elaboração de políticas públicas e no processo de implementação de soluções concertadas para os desafios da nação (...)” (art. 26); e, a Carta da Juventude da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa aprovada no Brasil, em 2013, na IV Reunião da Conferência dos Ministros Responsáveis pela Juventude e Desportos da CPLP, que reconhece entre outros o direito dos jovens ao exercício da sua cidadania e à protecção contra quaisquer formas de discriminação. Entre as políticas elaboradas pelo Governo para a promoção e empoderamento deste grupo social encontram-se:

- A Estratégia de Desenvolvimento Integral da Juventude (Resolução nº 32/2006 de 21 de Setembro);
- A Política Nacional da Juventude (Resolução nº 16/ 2013 de 31 de Dezembro);

A criação da 1ª organização juvenil de âmbito nacional criada pelo Governo foi a Organização da Juventude Moçambicana (OJM) em Novembro de 1977 foi um passo para responder à necessidade na época do pós independência de mobilizar, enquadrar e organizar os jovens raparigas e rapazes para as novas tarefas patrióticas no período pós independência. No entanto, assim como a OMM, a sua filiação política não lhes fornece um carácter credível entre os jovens.



Grupo focal com jovens membros de Associações de Quelimane

CAPÍTULO III: Conclusão

Apesar de muito se discutir publicamente acerca da importância de políticas pró participação cívica e da participação cívica em si, ainda se sente em Moçambique, principalmente a nível local, desconfiança e resistência a uma participação efectiva e muitos governantes ainda desconhecem as vantagens para a sua governação em proporcionar o espaço e os mecanismos adequados para envolver e permitir a participação dos cidadãos. **A participação e engajamento do cidadão no geral em Moçambique ainda é um processo que traz alguma resistência e desconfiança dentro das instituições públicas, e como resultado muitos cidadãos acabam por ter receio de se envolver e questionar a forma como são conduzidos os processos e sentem-se desmotivados de participar.** No entanto, dentro do universo desta participação identificámos, através da implementação de iniciativas de responsabilização social ao longo dos últimos 10 anos, que os grupos mais vulneráveis, nomeadamente as mulheres e os jovens raparigas e rapazes, continuam a ser os mais excluídos dos processos de tomada de decisão e de espa-

ços de participação pública, condicionando melhorias na governação e na prestação de serviços públicos que coíbem um desenvolvimento social equitativo e uma melhor distribuição de riqueza.

Concluimos através deste estudo que de forma geral os factores que condicionam a fraca participação destes grupos remetem-se: (i) às barreiras socioculturais e dependência económica enfrentadas por mulheres e jovens raparigas e rapazes que condicionam o seu papel e participação na governação; (ii) aos altos níveis de analfabetismo, fraco acesso a serviços melhorados de saúde, fraco acesso a informação e desconhecimento por parte dos cidadãos dos seus direitos e liberdades; (iii) à marginalização social e política destes grupos em processos de tomada de decisão devido à sua alegada imaturidade e falta de conhecimento e preparação o que os desmotiva e afasta da esfera pública; (iv) ao sistema patriarcal e machista que não é só predominante no espaço privado das famílias como é também transportado para o sistema político em Moçambique pelos políticos resultando num regime de supremacia do homem adulto nos pro-

cessos de governação e domínio público; e, (v) à atitude dos governantes face a uma participação cívica livre, informada e efectiva que resulta na falta de processos de auscultação e planificação participativa efectiva por parte do Governo e na consequente elaboração pela elite política de planos “à porta fechada” que não correspondem à realidade dos cidadãos e não respondem às necessidades perpetuando um ciclo de pobreza que acarreta consequências graves para o desenvolvimento social e crescimento económico do país.

Mulheres e Jovens raparigas e rapazes entrevistados assumem não ter ainda direitos iguais e menos voz em Moçambique, e essa falta de igualdade resulta na falta de oportunidades para poderem melhorar as suas condições de vida. No entanto, as mulheres continuam a ser o grupo mais marginalizado dentro de qualquer esfera social do país. Elas têm efectivamente menos acesso a espaços de participação e de tomada de decisão e são por isso as mais marginalizadas no acesso a serviços e oportunidades e as que mais sofrem com a exclusão social e económica de que são vítimas, mesmo sendo elas as responsáveis pela educação e formação cívica das gerações futuras. Em parte, e conforme mencionado no Perfil de Género em Moçambique elaborado pelo Ministério de Género, Criança e Acção Social (2016) este fenómeno deve-se pelo facto de em Moçambique “o sistema judiciário não está preparado para lidar com o facto de as mulheres não terem acesso à justiça de uma forma sensível ao género. Isto explica-se, em parte, pela ideia de que ‘género’ é sobre mulheres e não sobre igualdade de direitos e oportunidades ou partilha igual de poderes entre homens e mulheres.”

No meio das barreiras que existem à sua participação efectiva as mulheres usam a cultura para enviar mensagens sobre o seu descontentamento e os problemas que enfrentam, sendo esse um dos motivos pelo qual as suas associações femininas estarem na sua maioria mais ligadas a actividades culturais e não aos moldes de participação, de pressão social, de conflito para exigência dos seus direitos – mas até que ponto esta via tem sido bem-sucedida na melhoria das suas condições de vida, protecção dos seus direitos e respeito pela sua igualdade? Visto que são elas que educam as crianças de hoje que serão jovens raparigas e rapazes e adultos de amanhã recai sobre elas uma enorme responsabilidade, e um enorme potencial, de alcançarmos uma sociedade politicamente activa, responsável e en-

gajada na protecção dos direitos e igualdade de todos os cidadãos de uma nação.

“Por ser mulher ela tem poucas oportunidades, na escola, na formação profissional, no acesso a emprego, no acesso a créditos bancários. Nós como sociedade civil estamos a tentar combater isto através de debates, fóruns de discussão, campanhas de sensibilização e disseminação de muita informação relacionada com direitos, sobre os serviços a que elas devem ter direito, o que é igualdade, o seu papel na sociedade, o seu potencial na política e na vida pública, mas muitas vezes as próprias mulheres são resistentes a essas mensagens então os avanços tem sido lentos, mas temos de continuar a tentar, não podemos desistir.”

(Membro da Associação Despertadora da Juventude Moçambicana - ADESJUM)

“A mulher de hoje quer viver bem, não necessariamente solteira mas bem ao lado do seu marido, mas quer viver melhor, quer mais oportunidades, quer trabalhar, quer se formar, quer ser autónoma, mas o Governo tem de aceitar isso, não pode falar em igualdade sem perceber que igualdade não é no papel mas sim no reconhecimento do poder que as mulheres têm, e para tal é preciso potencializar a importância da mulher no crescimento económico e no contributo que elas podem dar no desenvolvimento social do país.”

(Achima Mussa, Presidente do NAFEZA)

Apesar de tudo, e com base na análise do contexto actual, não verificamos que as cotas parlamentares (mulheres constituem cerca de 40%) se tenham mostrado até então uma medida de mudança da situação legal, social e económica das mulheres podendo argumentar como exemplos: (i) o caso da aprovação no parlamento do artigo que previa a anulação de crime de violação com o casamento entre a vítima e o violador reconhecendo os direitos do violador e ignorando os da pessoa violada (que foi posteriormente revogada graças à enorme pressão da sociedade civil); (ii) a demora na revisão da lei sobre os casamentos prematuros (uma das mais graves barreiras ao desenvolvimento e empoderamento de mulheres em Moçambique que condiciona os seus estudos, a sua dependência económica, a sua falta de poder dentro e fora de casa e tem graves consequências para a sua saúde causados na sua maioria por gravidezes precoces); (iii) a falta de melhorias nas políticas de protecção das raparigas na escola (a exclusão das raparigas grávidas do período escolar diurno que resulta em altos índices de desistência, o famoso caso da imposição do uso de saias compridas para desmotivar o assédio como se a culpa fosse das vítimas, entre vários outros exemplos); (iv) a demora

que se deu na aprovação da extensão da licença de maternidade para 03 meses (que acaba em muitos casos por afastar as mulheres de postos de trabalho formais); entre outros.

Toda esta realidade é agravada pela falta de mecanismos de responsabilização dos parlamentares face aos eleitores. Segundo entrevistados, os parlamentares são, no final do dia, responsáveis perante o executivo que por sua vez orienta a composição do parlamento por lealdades partidárias – assim, o controlo exercido pelo executivo e a rigidez dos partidos políticos limita o poder de decisão dos parlamentares. Como consequência, a influência política das mulheres em Moçambique continua a ser baixa e é todo um sistema que não estamos a conseguir perfurar e perceber o que podemos fazer para ultrapassar. A nível de base a pobreza, os casamentos prematuros, as gravidezes precoces, a falta de acesso a educação, o domínio da cultura patriarcal e machista, a preocupante falta de acesso a informação e a conjuntura económica do país remete as mulheres a uma situação ainda mais vulnerável na sociedade. A sociedade é de facto ainda bastante patriarcal tanto a nível comunitário como de convivência familiar e as pessoas vão para espaços públicos de poder carregando consigo estas vivências. É **crucial** por isso, **as acções governamentais e da sociedade civil trabalharem em prol da construção e promoção de relações de género mais justas, mais equitativas, mais equilibradas**, envolvendo homens e mulheres em prol de mudanças de pensamento e comportamento que comecem dentro das suas casas para que possam ser repercutidos em espaços públicos, na escola, nos locais de trabalho, nos espaços de participação e tomada de decisão.

Por outro lado, aos jovens raparigas e rapazes Moçambicanos, falta-lhes espaços adequados e poder de negociação com o Governo para melhorar a sua condição! Existe uma vontade pessoal de se engajarem, de serem mais activos mas ao mesmo tempo a insatisfação e um certo rancor que sentem por não serem reconhecidos pela sociedade como uma força de trabalho, de desenvolvimento, de mudança é um enorme entrave à sua participação. Um sentimento comum partilhado pelo universo de jovens entrevistados é que os Governantes se sentem patrões e não servidores públicos, e o facto de os verem como preguiçosos por não aderirem às actividades que o Governo promove comprova o sentimento ge-

ral das associações juvenis contactadas de que o Estado espera deles subserviência e condescendência, algo que alegam não estarem dispostos a prestar.

Achámos ainda que era necessário perceber de forma mais profunda esta apatia dos jovens raparigas e rapazes para com as supostas oportunidades criadas pelo Governo e percebemos que no fundo resulta da ambição actual dos jovens, numa sociedade altamente capitalista e cada vez mais empreendedora e instrumentalizada, que não quer mais condicionar-se a projectos de desporto, de limpeza, de suporte partidário, pois segundo os jovens as actividades planificadas para si pelo Governo (principalmente a nível local) não correspondem às suas expectativas, alegam aliás que têm os seus próprios objectivos de participação, “*não queremos prestar serviços ao Governo*”, querem pelo contrário “*queremos ter voz, espaço e reconhecimento para reclamar a falta de prestação de serviços do nosso Governo*”.

“Os jovens de hoje querem uma guerra intelectual e não de fogo, querem mudanças. Quando fomos aos serviços distritais perguntar pelo Fundo de apoio à iniciativa jovem não sabiam nos dar essa informação, isso não é certo, não é transparente. Os nossos deputados quando vão para Maputo esquecem-se de onde vêm, carregam as ideologias partidárias e não transmitem as nossas preocupações, não defendem os nossos direitos. O processo de tomada de decisão deve ser um trabalho de base, esse trabalho de base pode trazer mudanças reais porque só indo ao terreno os deputados podem falar dos problemas reais da base e então aí sim definir políticas eficazes.”

(Membro da Liga da Juventude do Partido RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique em Quelimane)



“O que é que o Governo está a fazer para incluir a comunidade nos seus feitos? Eles até podem estar a fa-

zer mas como não se faz ouvir, as informações não chegam à comunidade, não tem mecanismos efectivos de divulgar informação e aqui vive-se no “vazio do conhecimento”. As pessoas votam de forma desinformada, não consultam manifestos, votam com base no partido e influências das famílias e pares, promessas feitas durante o período de campanha, votam sem a consciência de que devem procurar estudar aqueles que são os manifestos do partido A, B ou C.” (Mussa Razão Ali, Presidente Associação Jovens Olakana Wamiravo)

Todas as constatações discutidas são reais e exigem que tenhamos de reflectir sobre estratégias para lidar com o contexto em que, como sociedade civil, devemos continuar a esforçar-nos para melhorar. Mas então, o que podemos fazer mais? O que podemos fazer melhor?

Apesar de todos os esforços feitos pelos programas de desenvolvimento implementados em Moçambique ainda há muito trabalho a fazer, principalmente a nível das bases, a nível dos grupos mais vulneráveis, pois é preciso identificar a raiz dos problemas que estes grupos enfrentam e incluir nos programas estratégias direccionadas e focadas neles, trabalhando de forma vertical entre a base e governantes e vice-versa para garantir mudanças institucionais e estruturais e consequentemente maior protecção dos direitos dos cidadãos e maior e melhor provisão de serviços com qualidade. Ao mesmo tempo é também necessário continuar a “mover as massas de base” trabalhando de forma horizontal para capacitar e fortalecer estes grupos sobre os seus direitos e deveres e sobre os mecanismos e espaços existentes para que de forma organizada, construtiva e baseada em evidências possam colocar pressão nos seus governantes. Para o alcance de mudanças estruturais profundas e equilíbrio de pólos de poder a sociedade civil e os programas de desenvolvimento têm de cada vez mais abranger simultaneamente comunidades de base e elites pois o empoderamento dos grupos vulneráveis através do acesso a informação, oportunidades e conhecimento depende igualmente da transformação do modo de pensar e agir das elites. Precisamos ainda, enquanto agentes de desenvolvimento continuar a trabalhar em parceria com o Governo para fortalecer a democracia no país baseada em princípios de igualdade, equidade e garantia de direitos e liberdades de todos os Moçambicanos e desenvolver uma noção consensual sobre conceitos de igualdade para que resultados mais sustentáveis possam ser alcançados.

É necessário um trabalho profundo e estratificado em todas as esferas e níveis da nossa sociedade para se alcançar mudanças duradouras, um trabalho que deverá abranger todos os grupos sociais caminhando para alcançar uma visão, um objectivo, uma estratégia comum mesmo que esta vá inevitavelmente entrar em choque com o status quo da nossa sociedade. Para tal é necessário um esforço para o desenho e implementação de acções concretas para equilibrar pólos de poder, reforçar a educação cívica dos nossos cidadãos sobre (os direitos, os deveres, a legislação, as políticas, as próprias instituições publicas, o seu funcionamento, as suas tutelas, os seus princípios) mas também da percepção dos nossos governantes sobre a importância da participação cívica para alcançarmos um desenvolvimento sustentável a longo prazo construído sobre alicerces de igualdade e justiça social.

Assim, consideramos crucial:

❖ A pressão por parte dos grupos cívicos e organizações para o desenvolvimento em Moçambique para com a integração de uma estratégia de género integrada de forma transversal em todos as políticas e programas governamentais e em todos os níveis de governação (reflectidos de forma efectiva nos orçamentos atribuídos) com especial ênfase a nível local face às novas oportunidades de aproximação dos governantes às comunidades com a recente aprovação do novo pacote de descentralização – não basta sensibilizar é preciso incentivar a mudança mostrando benefícios palpáveis;

❖ Analisar e promover mudanças de relações de género mais justas e equilibradas que incluam tanto mulheres como homens, pois acreditamos que não poderemos alcançar mudanças de pensamento e atitude das mulheres sem trabalhar simultaneamente com os homens;

❖ A disseminação e sensibilização social e política sobre a potencialidade do papel das mulheres e jovens raparigas e rapazes na promoção de uma cultura de paz;

❖ A continuidade de acções de advocacia, apoio e suporte técnico ao Governo (com especial ênfase nos governos locais e nas Assembleias Autárquicas, Distritais e Provinciais como órgãos de fiscalização e representantes do povo) no sentido de promoção de mecanismos e abordagens de auscultação e participação de todos os grupos sociais em processos de planificação cada vez

mais inclusivos;

- ❖ A criação de espaços de participação e de tomada de decisão através dos critérios apropriados para incentivar a participação e a apropriação pelos cidadãos de todos os grupos sociais – espaços de participação promovidos pelos cidadãos e criação de condições para participação efectiva dos grupos vulneráveis nos espaços existentes;

- ❖ A continuação do reforço exaustivo de capacitação de governantes e de educação dos cidadãos em matérias de responsabilização social, boa governação, participação cívica e engajamento do cidadão em processos de tomada de decisão; e,

- ❖ A promoção do maior envolvimento e responsabilização dos órgãos de comunicação tendo em conta o seu poder de abrangência e influência que podem ser cruciais no alcance das mudanças desejadas colocando pressão social para uma cultura de tolerância e compreensão mútua, de equidade e inclusão entre mulheres e homens e de oportunidades para jovens, de transparência e efectividade no uso de recursos públicos.

Adicionalmente o Governo precisa:

- ❖ Continuar a melhorar os seus mecanismos de disseminação de informação relevante ao cidadão por um lado mas também de prestação de contas, por outro, incentivando o exercício de cidadania;

- ❖ Desenvolver estratégias de igualdade e empoderamento que incluam todos os grupos so-

ciais visando fortalecer a sua participação em espaços públicos e combatendo estereótipos culturais e barreiras socioeconómicas e sendo capaz de os implementar a nível de todos os sectores e níveis de governação no país;

- ❖ Elaborar agendas comuns dos interesses de todos os grupos sociais no seio dos partidos em processos inclusivos e participativos ao nível das bases às necessidades das quais pretendem responder;

- ❖ A promover mudanças nos dispositivos burocráticos e legais na regulamentação das Associações pelo Estado, incentivando um movimento associativo independente, activo e disruptivo visando um desenvolvimento equitativo do país;

- ❖ Criar maiores (e melhores) oportunidades económicas para mulheres e jovens para combater os altos níveis de pobreza, desemprego e dependência financeira;

Incentivar, através da criação de academias para novos líderes, a participação de jovens pensadores e académicos; e finalmente,

- ❖ Potencializar o papel de mulheres e jovens nas negociações a volta de paz e reconciliação dado a sua vontade de ultrapassar conflitos sem o recurso a armas (mulheres e jovens não tem pensamento de guerrilha e estão mais interessados em ultrapassar tensões através do diálogo e da paz) e tendo em conta a sua neutralidade perante 'quizílias políticas' antigas que ainda toldam a mentalidade muitos dos políticos adultos de hoje.



Habitantes da Ilha de Moçambique

Ficha Técnica

Título: Dinâmicas de Participação e Representatividade de Mulheres e Jovens raparigas e rapazes nos Processos de Governação em Moçambique

Elaboração e Imagens: Deborah Capela de Oliveira

Revisão: United Purpose Moçambique

Propriedade: United Purpose Moçambique

Layout e Maquetização: Publifix

Escritório de Lichinga (Sede): Rua dos condomínios das Alfândegas c.p 234; Tel: 271 20 163, Fax: 271 20 163
Escritório de Maputo: Rua José Craveirinha 198, Sommerschield; c.p 1073; Tel: 21 486635: 82 363 1646; Fax: 21 486638
Escritório de Chimoio: Estrada Nacional N6, talhão nr 1052A, Bairro 4, Cell: 82 779 5260/ 843588960

Registered in England & Wales with Charity No. 272465 and Company No. 1278887